



*Urbanização no Brasil contemporâneo, população e a Rede de Localidades Centrais em Evolução**

Ralfo Matos¹

Fernando Braga²

Introdução

As grandes transformações políticas e econômicas da Europa nos séculos XVIII e XIX fizeram surgir novas formas de organização do espaço que acompanharam as inovações técnicas, o avanço no conhecimento e a redução drástica da mortalidade, resultando em um crescimento demográfico que rompia com processos milenares de regulação da população (Braudel, 1995). Concomitantemente, a produção artesanal dava lugar à industrial e, junto a ela, nascia a sociedade urbano-industrial. A cidade foi um dos fundamentos do capitalismo moderno e o pano de fundo da reorganização da divisão internacional do trabalho. Nos países de economia não-desenvolvida, o processo de industrialização só se afirmaria durante o século XX, sobrepondo e criando contradições sociais de grandes proporções, que aprofundariam as relações de dependência com o sistema internacional. No Brasil, especialmente a partir da década de 30, a sociedade urbano-industrial se instala e o país rompe com a economia exclusivamente primário-exportadora, integrando-se ao grupo dos países de industrialização retardatária e dependente.

Nos países centrais do capitalismo e nas periferias integradas, a sociedade urbano-industrial exigiu níveis inéditos de produção do espaço. O vertiginoso crescimento

* Este trabalho é apoiado pelo CNPq.

¹ Professor Adjunto Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – Minas Gerais: ralfo@igc.ufmg.br.

² Bolsista CNPq, Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais – Minas Gerais: fgb80@yahoo.com.br.

populacional e a expansão das áreas urbanas impuseram a necessidade de planejar a cidade, tanto para sanar questões higiênicas quanto para viabilizar novas formas de circulação e geração de riqueza. Os grandes projetos arquitetônicos, a construção de largas vias de acesso, a verticalização das ocupações e tantas outras formas davam a fisionomia das áreas urbanas na modernidade (Benévolo, 1979; Harvey, 1996).

As transformações no espaço, entretanto, não se restringiam somente ao interior das cidades, posto que a crescente mobilidade populacional e a necessidade do escoamento da produção impulsionaram grandes investimentos nas vias de ligação entre as aglomerações. Surgia, assim, uma das expressões espaciais mais característica da sociedade moderna: *a rede urbana*.

A cidade atual é, desta forma, um espaço dotado de fluxos, parte de um sistema de relações intrincadas, caracterizado pela mobilidade das pessoas, das mercadorias, do capital, da informação, da cultura, etc. (Corrêa, 1994). Nas últimas décadas, o acirramento do processo de globalização imprime maior complexidade às redes do urbano, potencializando a capacidade e o alcance dos fluxos, conferindo maior dinamismo às redes de informação e às formas de produção. O conjunto destes fenômenos também reflete-se na produção do espaço. As “cidades mundiais” dos dias de hoje seriam a expressão de novas funcionalidades e síntese dos fluxos econômicos da centralidade transnacional (Castells, 1996).

1. Dinâmica Demográfica e Urbanização

A Revolução Industrial inglesa alimentou-se do crescimento demográfico e das populações rurais expropriadas, integrando-as ao exército industrial de reserva e criando as condições para o aumento das fábricas³. Concomitantemente o forte crescimento da população no mesmo período configura outro processo, a chamada *Revolução Demográfica*, fruto das inovações na agricultura, na indústria e na medicina, que disseminou o aumento populacional em toda a Europa (Dupuy e Poursin, 1975).

A Revolução Industrial trouxe o domínio da economia mundial pelas nações européias e o incremento dos fluxos de mercadorias e capitais. Simultaneamente, as

³ Sobre as razões que motivaram o pioneirismo inglês na formação de uma sociedade capitalista, o trabalho de Macfarlane (1987) é particularmente esclarecedor. Nele, o autor expande as explicações correntemente dadas pelo marxismo de que na Inglaterra os fatores primordiais seriam a maior circulação de mercadorias, a maior utilização da moeda e a existência de mais atividades de caráter mercantilista, além da expulsão do campesinato. Segundo este autor, estes elementos coexistiam em outras partes do mundo sem produzir os mesmos efeitos observados na ilha. A estas explicações devem ser somadas o fato de que o campesinato inglês, desde o século XI, ser profundamente diferenciado em termos da sua organização familiar e moral, e também pelo poderio de centralização do Rei, manifesto no controle político exercido pela Carta Magna e pelo Parlamento.

condições dadas pelo crescimento populacional do século XIX e as transformações estruturais na sociedade deram novo ímpeto a mobilidade da população. Assim, os séculos XIX e XX são marcados por grandes migrações dos países da Europa para as suas ex-colônias, fato que impactou profundamente a organização da produção e o mercado de trabalho de países como o Brasil, Argentina, EUA e México (Petrone, 1978).

No caso brasileiro, as maiores correntes migratórias foram de italianos, portugueses, alemães e japoneses. A entrada de estrangeiros nas últimas décadas do séc. XIX até 1930 tornou o Estado de São Paulo o maior receptor destes fluxos (Bassanezi, 1995). Os imigrantes estrangeiros, inicialmente absorvidos na produção agrícola, participaram ativamente dos primeiros impulsos industriais do país. No início do século, a cidade do Rio de Janeiro liderava a produção industrial, mas é logo ultrapassada por São Paulo em função de um conjunto de fatores tais como a presença de capitais, a experiência dos imigrantes estrangeiros, investimentos provenientes do café, tarifas mais baixas de energia, transporte e salários mais altos. Na década de 1910, São Paulo detinha 33% da produção industrial e 30% dos operários, dos quais 60% eram imigrantes⁴ (Versiani, 1993).

A década de 30 marca o início da transferência da economia brasileira de base agrícola para a base industrial, momento em que a economia do Sudeste assume o comando da atividade produtiva nacional a partir da indústria paulista e carioca. Mudanças políticas internas diminuem o poder dos Estados e cooperam para a centralização das decisões e aumento do poder na região de maior concentração industrial. Quanto à população, com o advento da vacinação em massa nos anos 40, inicia-se uma progressiva redução da mortalidade acompanhada por uma fecundidade ainda alta. De fato, já em décadas anteriores, o Brasil apresentava um crescimento populacional alto refletindo positivamente nas regiões Sudeste e Sul. Não obstante, o declínio das migrações internacionais estabeleceu mais fortemente as correntes migratórias internas. O eixo Rio/São Paulo recebe a maior quantidade de população, notadamente das UFs próximas e do Nordeste. Os movimentos tiveram uma série de motivações e se estenderam para a fronteira agrícola no norte do Paraná e, posteriormente, para o Centro-Oeste e Amazônia.

⁴ De fato os imigrantes estrangeiros possuíam maior expressão nas regiões Sul e Sudeste, sobretudo na exploração do café. No Nordeste esta mão de obra pouco se fez sentir e os brancos livres e ex-escravos foram amplamente utilizados na cana de açúcar e na cultura do algodão, culturas de grande importância para o povoamento e sustentabilidade da população, já que se associavam às culturas de subsistência. Entretanto, períodos de secas causaram redução no desenvolvimento destas culturas impulsionando a população nordestina em duas direções: 1) Para a extração da borracha no Amazonas; 2) Para os centros urbanos no litoral e no sul que cresciam enormemente. Já nas primeiras décadas do século XX começa a se fazer sentir a presença de nordestinos na região Sudeste (Balan, 1973).

Após a 2ª Guerra, alguns países da periferia do capitalismo iniciam um processo de declínio da fecundidade (Patarra, 1978). No Brasil, a redução de número de filhos por família, que ocorre a partir da década de 60, consolida a transição da sociedade rural-agrícola para a urbano-industrial⁵. Entretanto, o crescimento industrial trazia em si duas características que motivaram o aumento da mobilidade populacional: incremento das desigualdades regionais⁶ e a constituição de grandes metrópoles (Durham, 1984). Na verdade a sociedade urbano-industrial brasileira apoiou-se na velha concentração característica da ocupação desigual e seletiva do território dos tempos do Brasil agrário.

Entre as décadas de 30 e 60, a densificação da rede urbana e a constituição da infraestrutura de transportes e comunicação favoreceu sobremaneira as regiões Sudeste e Sul, o que levou a formação de estruturas espaciais concentradas⁷. O fato de São Paulo ter polarizado os primeiros impulsos de desenvolvimento industrial foi essencial para a atração de grandes fluxos populacionais e a vinculação da maior parte do território a dinâmica produtiva paulista. A partir da década de 70, entretanto, movimentos de desconcentração espacial começam a ser sentidos no interior do Estado⁸ (Negri, 1996; Cano, 1988; Redwood, 1984). O crescimento da infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações deram maior flexibilidade e abrangência ao mercado brasileiro, facilitando a localização industrial em novas áreas ou regiões, especialmente nas cidades de porte médio. Aliado a isso houve uma forte intencionalidade política em promover a desconcentração industrial e uma importante expansão das fronteiras agrícola e mineral, que favoreceram a proliferação de atividades urbano-industriais relacionadas (Diniz e Crocco, 1996).

⁵ Wood e Carvalho (1994) citam quatro determinantes socioeconômicos que atuaram na redução da fecundidade no Brasil após a década de 60, a saber: 1) o aumento do nível educacional; 2) A ascensão da economia urbano-industrial; 3) O aumento da participação feminina na força de trabalho e 4) Perdas relativas à classe média urbana.

⁶ Segundo Patarra (1978) a redistribuição da população no Brasil ocorre de acordo com o papel econômico das regiões: Amazônia configurava-se como área de penetração econômica incipiente, o Centro-Oeste e PR eram fronteiras de expansão agrícola, a região NE, além de MG e ES eram antigas áreas primárias exportadoras, SC e RS configuravam antigas áreas de colonização estrangeira e SP e RJ formavam o pólo industrial.

⁷ Sobre esta temática, o extenso trabalho de Geiger (1963) traz algumas evidências sobre as formações urbanas concentradas nas décadas de 50 e 60. Classificando as cidades com mais de 15 mil habitantes por todo o país, o autor reconhece a existência de uma distribuição extremamente concentrada, que se estende ao longo de uma faixa situada junto à costa, interiorizando-se somente na Região Sudeste. Nas outras partes do interior havia, via de regra, um vazio urbano. Distingui-se: *i*) Um agrupamento de cidades no Rio Grande do Sul, separados da aglomeração paulista por um espaço quase vazio. *ii*) O agrupamento paulista, que abrange cidades do norte-paraense, do Triângulo Mineiro, Mato Grosso e Goiás, constituindo o maior e o mais denso grupo. *iii*) O agrupamento fluminense-mineiro, que, juntamente com São Paulo, formam a principal região econômica do Brasil. *iv*) O agrupamento que se estende ao longo da costa oriental do Nordeste. As cidades no interior com mais de 15.000 habitantes eram pontos isolados dentro de um grande vazio, ex: Manaus, Cuiabá, Belém, etc.

⁸ Já na década de 60 o chamado “milagre brasileiro” começou a marcar os caminhos da desconcentração espacial ao proporcionar um incrível aumento dos postos de trabalho e de produção. O primeiro impacto se fez sentir na RMSP, que perde cerca de 22% da sua participação no emprego industrial, juntamente com a RMRJ, que já vinha perdendo importância antes da década de 70 (Diniz e Crocco, 1996).

Evidentemente, grande parte destas transformações não se dá exclusivamente em função da dinâmica interna. A partir da década de 70, percebe-se a emergência de processos de alteração na estrutura industrial em várias partes do mundo, como a desindustrialização no Nordeste dos Estados Unidos e Norte da Inglaterra, o surgimento dos NIC's (Novos Países Industrializados), a crise no padrão fordista de produção, o aumento dos fluxos internacionais e o reforço das economias em bloco. Tais fenômenos têm suscitado a necessidade de compreender os novos requisitos locacionais que estas transformações implicam (Diniz e Crocco, 1996).

Recentemente, vários estudos urbanos têm indicado a formação de novos papéis para as cidades, como um reflexo espacial das transformações dadas pela inserção das áreas urbanas no recente paradigma da tecnologia e da informação (Castells, 1996; Santos, 2001). As “cidades mundiais” seriam a expressão das formas mais recentes do capitalismo, compostas por redes interligadas de fluxos de pessoas, informações e capitais, possibilitados pelas novas tecnologias, o que lhes confere a função de comando, enquanto a produção se desconcentra (Tabb, 1990; Compans, 1999; Iglesias, 2001).

2. A Rede de Localidades Centrais do Brasil em evolução

Nos últimos 60 anos a população brasileira sofreu grandes alterações na sua composição e distribuição pelo território. Em 1940, a população urbana representava 31,24% do total do país, alcançando 44,67% em 1960, 67,59% em 1980 e, finalmente, 81,24% em 2000. Tais dados⁹ demonstram o nível de urbanização que o território alcançou em cerca de 50 anos. Entretanto, tais transformações não se deram igualmente por todo o território: enquanto certas regiões se urbanizavam a ritmos acelerados, outros espaços mantinham baixas densidades demográficas por meio de atividades agrícolas de grande porte.

A população brasileira assimilou, na sua distribuição pelo território, a expansão dos fatores de desenvolvimento originários da reorganização das atividades produtivas e crescimento dos centros urbanos. Muitos estudos já empreenderam variados tipos de incursões teóricas e empíricas sobre estes processos. Entretanto, na maioria dos casos a análise de espaços maiores como Grandes Regiões, e mesmo UFs, não permite visualizar certos fenômenos que se tornam melhor apreensíveis quando unidades menores de observação, como os municípios, ganham visibilidade. Desta maneira, a temática das redes urbanas alcança relevância nesta discussão, em função de permitir diferentes escalas de

⁹ Mesmo com os problemas da definição de urbano no Brasil.

análise, ou seja, iluminar os pequenos lugares e as pessoas que lá residem sem perder de vista a dimensão da inserção dos mesmos em grandes conjuntos, como o território nacional.

Entre as características mais importantes para organização dos sistemas urbanos, o tamanho demográfico dos centros ganha especial relevância. Assim, é possível que os locais de maior adensamento humano coincidam com os centros mais bem estruturados nas suas funções, já que a maior aglomeração de mão-de-obra reflete aspectos do adensamento produtivo e é condição para a criação de atividades de natureza diversa. Tendo em conta esses fatores, é de se esperar que as localidades que polarizam a rede urbana de um país de grande extensão como o Brasil podem ser identificadas a partir da concentração populacional, aliada à expressividade regional da sua população urbana.

As ligações entre essas cidades podem iniciar o esboço de uma rede de localidades que congregue os centros mais importantes do país, sendo cada um deles um ponto nódulo¹⁰. Cada um destes pontos, articulados regionalmente com os municípios próximos e estabelecendo relações com o restante do sistema urbano nacional, indicariam os novos caminhos da urbanização no país, apontando, possivelmente, para o fenômeno da desconcentração espacial da população de maneira mais consistente.

Partindo destas preocupações, a proposta aqui presente¹¹ busca reconhecer e caracterizar as localidades urbanas que centralizaram e centralizam os processos de expansão e densificação da rede de cidades brasileira. Para tanto, foram propostos um conjunto de critérios que selecionassem as áreas urbanas¹² mais importantes do país, de acordo com dois objetivos básicos: 1) Representar as localidades que possuem importância significativa na constituição e organização lógica das redes de transportes; 2) Identificar os nódulos da rede que possuam peso populacional nos respectivos contextos regionais.

Mais especificamente, os critérios adotados para a seleção dos pontos nódulos, consideram:

- i) os nove pontos integrantes das Regiões Metropolitanas oficiais, originalmente definidas por decreto/lei de 1973. Cada região metropolitana comparece, na rede urbana, como um nódulo de

¹⁰ A preocupação aqui presente é a de formular dimensões de análise para as redes urbanas, temática já antiga na Geografia. Desde os primeiros estudos locais, cujo marco é o trabalho de Walter Christaller, muitos esforços tem sido empreendidos na definição de critérios para selecionar e analisar centros de redes urbanas em diferentes áreas do mundo, como descreve Corrêa (1994).

¹¹ Que é fruto do somatório de esforços de uma pesquisa de maior porte, que vem sendo realizada no Laboratório de Estudos Territoriais do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, financiada pelo CNPq, coordenada pelo Prof. Dr. Ralfo Matos e intitulada **“Processos espaciais e sócio ambientais: análise urbana e regional e dinâmica populacional”**.

¹² Para efeito de simplificação e operacionalização na geração de dados demográficos, os municípios comparecem como unidades mínimas de observação. Todavia, podem assumir a forma de aglomerados municipais, no caso das Regiões Metropolitanas (como definidas em 1991)

primeira ordem¹³; **ii**) município com população urbana superior a 100 mil habitantes¹⁴ (pontos da rede relativos às chamadas Cidades Médias); **iii**) município cuja população urbana representasse mais de 3% da população urbana do respectivo estado; **iv**) exclusão de casos de macrocefalia urbana no estado do Amazonas a partir de 1980. Trata-se de um estado de grande extensão territorial, extremamente beneficiado por políticas públicas que criaram a Zona Franca de Manaus, o que fez aumentar enormemente o peso desse município no estado. Assim faz-se a exclusão de Manaus da população total do estado em 1980 e 2000 e recalcula-se a proporção percentual das demais municípios frente ao novo total, filtrando os casos de população urbana superior a 3% da população urbana do estado do Amazonas. Com isso pontos de uma rede dentrítica ganham visibilidade.v) Todo ponto da rede pressupõe a existência de articulações viárias permanentes. Os pontos integram-se à rede de transportes rodoviário, ferroviário ou hidroviário.

Os critérios¹⁵ de seleção foram aplicados em quatro pontos no tempo, a saber: 1940, em que comparecem um total de 107 localidades, 1960, com 132, 1980 com 151 e 2000 com 184. Nos dois últimos períodos, o número de nodalidades centrais é menor que o de municípios, porque alguns deles compreendiam Regiões Metropolitanas. Desta maneira, em 1980 há um total de 258 municípios e em 2000 comparecem 361. A tabela 1 mostra a população total recenseada em cada um dos períodos citados nos respectivos municípios selecionados. Os números mostram com grande clareza a evolução da urbanização dentro dos municípios de maior expressão populacional no país. Não obstante haver um incremento de cerca de 80 milhões de pessoas entre as localidades selecionadas em 2000 e 1940, os dados mostram quanto os municípios mais importantes do país alcançaram taxas elevadas de urbanização na última metade desse século.

Tabela 1

Rede de Localidades centrais segundo população total e urbana

Localidades da Rede	1940		1960		1980		2000	
	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%
População Urbana	4.759.025	48,66	19.642.160	86,22	52.075.727	91,68	85.797.819	95,57
População Total	9.780.490	100	22.781.687	100	56.797.921	100	89.489.109	100

Fonte: Censos Demográficos de 1940, 1960, 1980, 2000.

Desta maneira, o Brasil da década de 30 ainda era eminentemente rural, pois, mesmo que o conjunto de municípios tenha sido selecionado pela expressão de sua população urbana no contexto regional, menos da metade (48,66%) dos habitantes destes municípios vivia nas áreas urbanas. Deve-se ressaltar, entretanto, que os montantes populacionais em cada um dos períodos analisados não possuem o mesmo significado relativo. Assim,

¹³ As regiões metropolitanas consideradas correspondiam a São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Curitiba e Belém.

¹⁴ Tais pontos correspondem às cidades médias em 2000. Na aplicação deste critério em anos anteriores far-se-á a equivalência com as cidades médias do passado comparando o parâmetro de 100 mil habitantes com as populações totais do país nos censos anteriores, mediante regra de três

¹⁵ Um dos fundamentos teóricos da presente proposta é, mediante os critérios supracitados, dar visibilidade a municípios menos populosos, mas importantes do ponto de vista regional (como nos casos do Norte e Centro Oeste), sem omitir os muitos municípios populosos, de porte médio, comuns no Sudeste e Sul.

municípios com populações próximas a 15.000 habitantes em 1940 possivelmente detinham centralidade expressiva nos contextos regionais¹⁶.

As informações presentes na Tabela 2 apresentam a distribuição da população em 1940 dentro da RLC. É fato que boa parte do Brasil urbano (67,95%) concentrava-se nas 12 maiores cidades do país¹⁷, e o restante das áreas urbanizadas na rede apareciam dispersas pelo território em localidades de menor tamanho populacional. Afora estas havia somente sete¹⁸ cidades com mais de 100 mil habitantes nessa data, com pequena expressão na população urbana total da rede, enquanto que os municípios com população entre 25 mil e 100 mil habitantes representavam aproximadamente 22% do total. Um grande abismo separava, assim, as grandes cidades brasileiras do restante das cidades do país.

Com relação à distribuição espacial, os mapas da Figura 1 evidenciam a rarefação da estrutura de articulações viárias entre os núcleos urbanos e a concentração na franja litorânea do país. Como as Tabelas 2 e 3 demonstram, as localidades de maior expressão populacional encontravam-se, principalmente, nas regiões Sudeste e Sul e em algumas porções do Nordeste. O Centro-Oeste e o Norte configuravam-se como vazios de urbanização, salvo poucos pontos dispersos, com baixa população. Tal configuração contribuía para o distanciamento entre as cidades, o que justificava a rarefação das ligações viárias, favorecendo a formação de subconjuntos pouco articulados entre si. Desta maneira, a mobilidade populacional ainda encontrava grandes barreiras.

O pioneirismo nos estudos sobre a rede de cidades brasileira deve-se a Pierre Deffontaines. Em artigo para o Boletim Geográfico, o autor caracteriza o estado do sistema urbano brasileiro da década de 1940, afirmando que a rede urbana nacional encontrava-se em plena “*infância*”, marcada pelo crescimento e instabilidade das cidades¹⁹.

As caracterizações de Deffontaines (1944) sobre a rede urbana brasileira deixam mais evidências de uma formação desagregada em pequenos núcleos do que um sistema articulado de localidades. Isto permitiria supor que efetivamente não existia uma rede urbana no Brasil, considerando que este conceito se refere a um sistema de cidades

¹⁶ Tal questão é uma preocupação constante nesta pesquisa, tanto na seleção dos municípios como na análise das suas características populacionais. Para tanto, o critério de seleção 2 buscou controlar os populacionais relativos que tinham importância significativa em cada época.

¹⁷ Das quais 8 encontravam-se nas Regiões Sudeste e Sul.

¹⁸ Que são, nesta ordem: Nova Iguaçu (RJ), Campinas (SP), Campina Grande (PB), Ilhéus (BA), Manaus (AM), Pelotas (RS), Juiz de Fora (MG).

¹⁹ Sobre a configuração da rede urbana brasileira na década de 40 o autor comenta: “*O Brasil não atingiu um estágio em que a divisão de trabalho tenha feito progressivamente descobrir as aptidões regionais variadas comportando interdependências e, portanto, o potencial urbano, as divisões naturais ainda não nasceram, uma monótona economia fechada continua espelhada muito generalizadamente. A noção de ‘região’, isto é, de paisagem que o homem confeccionou progressivamente pelas especializações de regime e de horizonte de trabalho, está ainda confusa*” (Deffontaines, 1944:307).

espacialmente e funcionalmente conectadas por um número significativo de laços, permantes ou não.

Durante as décadas de 30 e 40, a nascente sociedade urbano-industrial se restringia, portanto, a um espaço muito pequeno. A formação de estruturas espaciais concentradas no Sudeste foi o caminho possível para a transição do Brasil rural para o Brasil urbano. Neste contexto, a cidade de São Paulo vai alcançar especial importância. Monbeig (1954) descreve como a capital paulista transformou-se de um pequeno vilarejo fundado por Jesuítas na maior metrópole do país. Situada em posição estratégica, tanto para as relações com o colonizador, quanto para a penetração no território, o pequeno núcleo já nasce estabelecendo um raio de influencia significativo na sua região²⁰. A próspera cultura de café no século XIX e XX traz profundas mudanças para a cidade e seu entorno, motivadas, principalmente, pela instalação de uma rede ferroviária que articulava eficientemente São Paulo com várias localidades dentro do Estado (principalmente com o Porto de Santos), e pelas divisas obtidas com a exportação do café. Os investimentos na infra-estrutura urbana geravam um mercado de consumo urbano importante, alimentado pela mão de obra imigrante proveniente do café (Negri, 1996).

A tabela 2 apresenta o Rio de Janeiro com os maiores valores de população total. Entretanto, em termos de urbanização, São Paulo já ultrapassava a cidade carioca, detendo 24,41% da população urbana da rede contra 17,14% do Rio. A cidade carioca contava com um estoque demográfico significativo e uma máquina administrativa bem montada, fatores decisivos na liderança deste estado no início da industrialização brasileira. No entanto, a periferia fluminense não foi capaz de absorver e reproduzir o desenvolvimento que se dava no centro da mesma forma que a zona de influência de São Paulo o fez (Santos, 2001, Castro, 1971).

Tabela 2

Distribuição da população total e urbana na Rede de Localidades Centrais do Brasil em 1940

Localidades	Total		Urbana	
	nº abs.	%	nº abs.	%
Rio de Janeiro	1.764.141	18,04	815.479	17,14
São Paulo	1.326.261	13,56	1.161.893	24,41
Recife	348.424	3,56	83.503	1,75
Salvador	290.443	2,97	256.705	5,39

Tabela 3

Distribuição da população total e urbana na Rede de Localidades Centrais do Brasil em 1960

Localidades	Total		Urbana	
	nº abs.	%	nº abs.	%
São Paulo	3.825.351	16,79	3.300.218	16,80
Rio de Janeiro	3.307.163	14,52	3.223.408	16,41
Recife	797.234	3,50	788.569	4,01
Belo Horizonte	693.328	3,04	663.215	3,38

²⁰ Sobre a importância dos Bandeirantes na construção da centralidade de São Paulo o autor comenta: “O benefício foi em primeiro lugar a ampliação do seu raio de ação, o que não teve reflexo imediatamente proveitoso para a função comercial da cidade nem acarretou uma fase de impulso urbano. Porém, mais tarde, quando os paulistas, acostumados as longas caminhadas e as viagens longínquas se transformarem de penetradores a comerciantes, a cidade aproveitará indiretamente com isso” (Monbeig, 1954: 144).

Porto Alegre	272.232	2,78	240.026	5,04	Salvador	655.735	2,88	638.592	3,25
Campos dos Goytacazes	223.373	2,28	57.411	1,21	Porto Alegre	641.173	2,81	625.957	3,19
Belo Horizonte	211.377	2,16	55.561	1,17	Fortaleza	514.818	2,26	470.778	2,40
Belém	206.331	2,11	163.210	3,43	Belém	402.170	1,77	380.667	1,94
Fortaleza	180.185	1,84	87.852	1,85	Curitiba	361.309	1,59	351.259	1,79
Santos	165.568	1,69	119.804	2,52	Nova Iguaçu	359.364	1,58	257.516	1,31
Niterói	142.407	1,46	124.507	2,62	Campos dos Goytacazes	292.292	1,28	131.974	0,67
Curitiba	140.656	1,44	67.643	1,42	Santos	265.753	1,17	263.054	1,34
Sub-total	5.271.398	53,90	3.233.594	67,95	Sub-total	12.115.690	53,18	11.095.207	56,49
7 seguintes*	825.078	8,44	352.179	7,40	44 seguintes*	6.430.647	28,23	5.828.696	29,67
29 seguintes**	2.026.354	20,72	741.708	15,59	47 seguintes**	3.495.497	15,34	2.399.213	12,21
35 seguintes***	1.290.625	13,20	325.546	6,84	16 seguintes***	547.448	2,40	246.301	1,25
24 seguintes****	367.035	3,75	105.998	2,23	13 seguintes****	192.405	0,84	72.743	0,37
Total	9.780.490	-	4.759.025	-	Total	22.781.687	-	19.642.160	-

Fonte: FIBGE, Censos Demográfico de 1940.

* Mais de 100.000 pessoas na população total.

** Entre 50.000 e 100.000 pessoas na população total.

*** Entre 25.000 e 50.000 pessoas na população total.

**** Menos de 25.000 pessoas na população total.

Fonte: FIBGE, Censos Demográfico de 1960.

* Mais de 100.000 pessoas na população total.

** Entre 50.000 e 100.000 pessoas na população total.

*** Entre 25.000 e 50.000 pessoas na população total.

**** Menos de 25.000 pessoas na população total.

Efeitos externos, como a crise de 1929, são também importantes para explicar as razões pelas quais a produção industrial se intensifica no país. Alguns autores preferem se referir ao período que se estende desde 1929 até 1956 como o de uma “*Industrialização Restringida*”, em função da sua concentração quase completa no eixo Rio-São Paulo²¹.

Dos anos 30 até a década de 1960 o país passa por uma profunda transformação, que irá transpor o eixo econômico da agroexportação para as atividades urbano industriais. Autores como Patarra (1978) e Durham (1984) argumentam que foi na década de 1960, em função do crescimento industrial e dos crescentes investimentos governamentais na criação de uma indústria de base e de uma malha de transportes que integrava o mercado nacional, que se deu à consolidação da sociedade urbano-industrial no país²². As novas características da expansão urbana e demográfica marcariam o surgimento de metrópoles com crescimento populacional explosivo, o aprofundamento das desigualdades regionais e um forte declínio da fecundidade nas áreas urbanas. Em 1960, como mostra a Tabela 1, 86,22% da população da RLC é urbana.

O dados presentes na tabela 3 evidenciam parte das transformações no padrão de urbanização e de distribuição da população do Brasil no período. As 12 maiores localidades selecionadas em 1960 continuam concentrando cerca da metade da população total da Rede de Localidades Centrais. Entretanto, há uma alteração substancial na

²¹ Negri (1996) coloca 3 razões para a ocorrência da “industrialização restringida”: a dependência das exportações geradoras de divisas, a inexistência de um setor de produção adequado no período e o fato de haver pontos de estrangulamento para o desenvolvimento industrial nos setores de energia e transporte.

²² Mesmo que a urbanização tenha atingido níveis consideráveis no período, a rede de cidades, agora efetivamente presente no espaço, continuava fortemente concentrada e fragmentada. Tal constatação é latente em vários trabalhos produzidos sobre a época, a exemplo de Geiger (1963) e Corrêa (1965).

porcentagem de população urbana entre as maiores cidades do país na rede. Isto decorre, principalmente, do fato de que as localidades com mais de 100 mil habitantes proliferaram-se dentro da RLC, concentrado cerca de 30% da população urbana no período. As informações mostram que o Brasil urbano, mesmo concentrado²³, exibiu uma importante densificação, dada pelo crescimento da importância das cidades de grande e médio porte, fator que se mostra relevante para a integração territorial. Destaque deve ser dado, também, para a inversão entre São Paulo e Rio de Janeiro²⁴, já totalmente consolidada pelos dados da Tabela 3.

A Figura 1 permite visualizar a expressão espacial das mudanças ocorridas na Rede de Localidades Centrais do Brasil entre 1940 e 1960. Na Região Norte já apareciam sinais da rede dentrítica, controlada por Manaus, mas ainda com localidades de pequena expressão populacional²⁵. No Nordeste, as cidades de Salvador, Recife e Fortaleza consolidam sua primazia urbana na região, e um grande número de municípios com menos de 100.000 habitantes dividem a influência urbana regional.

No terceiro subconjunto espacial do mapa percebe-se a grande integração entre as regiões Sudeste e Sul, e como as áreas urbanas no Centro-Oeste já nascem bastante articuladas com a expansão da rede urbana paulista. O interior de São Paulo, como atesta a bibliografia, conhece uma forte ampliação da sua malha viária e do número de cidades. Naturalmente, os maiores estoques demográficos estarão situados nestas cidades, como reflexo da concentração de investimentos industriais nas áreas mais dinâmicas do país.

Ao descrever o processo de industrialização e integração do mercado nacional no período 1929/62, Cano (1988) lembra que os novos padrões de acumulação exigiam uma integração do mercado nacional, tarefa complexa diante das grandes distâncias e da insuficiência de um sistema de transportes eficientes. Isso motivou esforços governamentais na ampliação e modernização da malha viária, interligando,

²³ Entre as 44 cidades com mais de 100 mil habitantes no período, 25 estavam nas Regiões Sudeste e Sul, 17 na Região Nordeste e apenas Manaus no Norte e Goiânia no Centro-Oeste

²⁴ Deve-se observar que a aproximação dos valores de concentração urbana nas duas maiores cidades do país dentro da rede entre 1940 e 1960 (de 17,14% para 16,41% no Rio e de 24,41% para 16,80 em São Paulo) provavelmente não se deve a uma redistribuição entre as duas, mas sim ao crescimento de outras cidades de grande e médio porte em toda a rede, especialmente na área de influência de São Paulo. Nas cidades com mais de 100 mil habitantes comparecem nove municípios paulistas e naquelas entre 50 mil e 100 mil são 13 as cidades de São Paulo, não aparecendo nenhum outro município deste Estado entre as cidades com menos de 50 mil habitantes, o que atesta uma redistribuição de população e atividades produtivas em São Paulo na década de 50, o que não ocorre no Rio de Janeiro.

²⁵ Mas que certamente possuíam significativa centralidade no contexto de uma região ampla e pouco provida de infraestrutura urbana. Uma característica básica das redes dentríticas, como é o caso da rede urbana de Manaus, é o crescimento desproporcional da cidade primaz em relação a sua hinterlândia, configurando-se como a porta de entrada e saída dos fluxos internos (Corrêa, 1997).

principalmente as Regiões Nordeste e Centro-Oeste com o resto do país²⁶. No período 1940/60, nas Regiões Norte e Nordeste, ocorre um aumento tanto do emprego rural como do urbano, enquanto o Centro-Oeste e o Paraná conhecem uma forte expansão da ocupação rural, vinculada às modernizações que as ligações entre indústria e agricultura já introduziam no Sudeste.

A partir da década de 60, a economia brasileira alcança mais complexidade, ampliam-se os investimentos no crescimento da indústria, acompanhados de inflação, crises fiscais e financeiras. No plano social, a desigualdade regional e a pobreza urbana estimulavam o protesto de diferentes setores sociais, e no plano político, instaura-se uma ruptura no processo democrático com o golpe militar de 1964. As reformas no período da ditadura estimularam aumentos na produção industrial e na expansão da urbanização. Neste contexto, cresceram as políticas de caráter regional, completando a integração do mercado interno (Cano, 1988; Diniz e Crocco, 1996).

O crescimento econômico e urbano espacialmente concentrado começa a dar lugar, nos anos 70, para processos de desconcentração produtiva. Os dados da Tabela 3 mostram como cidades de porte intermediário começavam a ganhar espaço no cenário urbano nacional, atraindo população e investimentos, mesmo que dentro de uma área restrita no território. Redwood (1984) afirma que há uma série de fatores econômicos que desencadearam os movimentos de “*descentralização urbana*” no Brasil. Tais fatores ganham força quando as atividades produtivas deixam de estabelecer uma relação direta com a concentração populacional e econômica no espaço. Segundo o autor há um determinado limite para a ação das “economias de escala” e de “aglomeração”²⁷, que são sentidos quando os custos relacionados ao tamanho das localidades começam a ser menores que os benefícios, dando vazão as “deseconomias de aglomeração”.

O efeito destes processos resultaria na chamada “reversão da polarização”, quando o ritmo de crescimento populacional é maior nas cidades externas aos centros metropolitanos. Esse fenômeno seria reflexo da redistribuição de atividades produtivas,

²⁶ Segundo Cano (1988) este tipo de ação gerou três efeitos distintos na organização produtiva nacional: i) o de estímulo, no avanço da urbanização e da industrialização; ii) o de inibição de bloqueio, possibilitando o desenvolvimento industrial em outras partes do país, e iii) os de destruição, causados pela concorrência entre produtores de diferentes áreas, intensificando desigualdades regionais.

²⁷ As “economias de escala” relacionam-se ao acesso facilitado a mercados consumidores pelo adensamento populacional, dividindo-se em dois grupos: a) as “economias de localização”, relacionadas à dimensão de um setor industrial dentro de uma mesma cidade, envolvendo as economias de especialização industrial, o mercado de trabalho, a disponibilidade de infra-estrutura, serviços públicos, etc. b) as “economias de urbanização”, resultantes do nível geral de dinamismo econômico de uma área urbana, como o tamanho do mercado de trabalho e a disponibilidade de infra-estrutura. As economias de aglomeração, por seu turno, referem-se aos benefícios da proximidade espacial, que se traduzem em diminuição dos custos de produção pelas menores necessidades de estoques, disponibilidades de mão-de-obra especializada e menores custos de comunicação e transporte (Redwood, 1984).

que passam a evitar os grandes centros em função das deseconomias, podendo ser também induzido pelas ações do governo voltadas a desconcentração espacial das atividades²⁸ (Redwood, 1984; Amorim e Serra, 2001).

Os primeiros indícios de desconcentração surgem, ainda na década de 60, no interior do estado de São Paulo (Negri, 1996). Durante as décadas de 70 e 80 esses efeitos se estenderão para áreas urbanizadas em todo o Brasil, como reflexo da expansão das regiões de produção industrial mais modernizadas e da atração das cidades de porte médio para os fluxos populacionais (Matos, 1995). Quanto ao alcance espacial da desconcentração industrial, Azzoni (1986) defende a idéia da formação de um campo aglomerativo, de cerca de 150 Km de raio, nas imediações da cidade de São Paulo, como resultado da expansão física da produção e da influência direta da metrópole. Já em Diniz (1991), são analisados uma série de agentes de reversão da polarização que estariam formando, ao invés de um campo aglomerativo, uma área poligonal de desenvolvimento, que se estenderia desde Belo Horizonte até Porto Alegre, na qual se processaria a reestruturação produtiva e a formação de novos complexos tecnológicos.

O estudo de Baeninger (2000), entretanto, demonstra que, mesmo que a *“inversão da polarização”* ocorra de forma mais intensa no Sudeste, em todo o país as metrópoles têm apresentado queda no crescimento em favor de municípios não-metropolitanos. Matos (2003) também defende a idéia de que outros tipos de atividades, diferentes daquelas relacionadas a setores de alta tecnologia, também possibilitam a expansão da urbanização e são fundamentais para que ocorra o processo de dispersão/desconcentração do desenvolvimento²⁹.

As localidades da rede, selecionadas em 1980 e 2000 confirmam evidências de que a desconcentração espacial da população pode ser explicitada, sob diferentes níveis e intensidades, por todo o território nacional. Os dados da tabela 4 mostram uma importante evolução no nível de urbanização da rede e no padrão de distribuição populacional entre os

²⁸ Durante as décadas de 70 e 80 muito se debateu sobre o binômio Equidade/Eficiência como meta para o planejamento regional. A questão centrava-se no fato de que se os investimentos públicos atuassem no sentido de desconcentrar a produção industrial, para efetuar uma distribuição mais igualitária da riqueza, poderia estar se incorrendo em perdas de produtividade, fator que desaceleraria o crescimento econômico. Assim, a solução praticada na resolução deste conflito foi a promoção de uma “desconcentração concentrada”, de forma que os limites espaciais não se excedam a ponto de afastar com grandes prejuízos os fatores locais mais importantes. Tais medidas vão elevar a importância das cidades médias no contexto da produção industrial do país (Amorim e Serra, 2001; Andrade e Serra, 2001).

²⁹ Sobre esta temática o autor argumenta: “Algumas manifestações de expansão econômica e demográfica já se desenham no Brasil, embora não vinculadas aos setores de alta tecnologia sediados em grandes metrópoles, mas articulados a outras facetas da indústria e dos serviços que se orientam por recursos naturais, alguns deles pretéritos e duráveis, (por evocarem amenidades que se reportam a aspectos climáticos, geomorfológicos, paisagísticos e culturais, etc.) e que, em alguma medida, complementam, inclusive o padrão econômico produtivo já instalado no Sudeste”. (MATOS, 2003:5)

pontos-nódulos. A inclusão dos municípios das Regiões Metropolitanas³⁰ nestes dois períodos provoca um forte incremento populacional.

A RMSP surge como um espaço altamente urbanizado, detendo sozinha mais de 20% da população total e urbana da RLC. Entre as 12 maiores localidades da rede finalmente aparecem cidades localizadas nas Regiões Centro-Oeste (Goiânia e Brasília em 1980 e 2000) e Norte (Manaus, em 2000). Apresentando um incremento significativo no período, os municípios com mais de 250.000 habitantes (de 18 em 1980 para 49 em 2000) e entre 100 mil e 250 mil (de 69 para 87), indicam que as tendências de aumento das localidades de grande e médio porte continuam sendo uma realidade no Brasil.

Os dados mostram que, ao longo dos últimos vinte anos, várias foram às localidades urbanas que alcançaram o status de cidades de grande porte, capazes de atrair população e atividades de modo a interferir positivamente na desconcentração espacial. Mesmo que grande parte deste processo ainda ocorra dentro das Regiões Metropolitanas, as informações das Tabelas 3 e 4 atestam o surgimento de outros eixos de crescimento fora destas áreas tradicionais.

Tabela 4

Distribuição da população total e urbana na Rede de Localidades centrais do Brasil em 1980

Localidades	Total		Urbana	
	nº abs.	%	nº abs.	%
RM de São Paulo	12.588.745	22,16	12.183.715	23,40
RM do Rio de Janeiro	8.772.277	15,44	8.619.553	16,55
RM de Belo Horizonte	2.609.547	4,59	2.498.214	4,80
RM de Recife	2.347.001	4,13	2.131.739	4,09
RM de Porto Alegre	2.280.026	4,01	2.176.254	4,18
RM de Salvador	1.766.724	3,11	1.696.410	3,26
RM de Fortaleza	1.580.069	2,78	1.501.361	2,88
RM de Curitiba	1.440.633	2,54	1.325.261	2,54
Brasília	1.176.908	2,07	1.138.994	2,19
RM de Belém	999.158	1,76	831.255	1,60
Goiânia	717.519	1,26	703.640	1,35
Campinas	664.566	1,17	591.415	1,14
Sub-total	36.943.173	65,04	35.397.811	67,97
18 seguintes*	6.252.323	11,01	5.603.687	10,76
69 seguintes**	10.836.913	19,08	9.242.453	17,75

Tabela 5

Distribuição da população total e urbana na Rede de Localidades centrais do Brasil em 2000

Localidades	Total		Urbana	
	nº abs.	%	nº abs.	%
RM de São Paulo	17.867.798	19,97	17.109.449	19,94
RM do Rio de Janeiro	10.125.142	11,31	10.074.376	11,74
RM de Belo Horizonte	4.177.124	4,67	4.114.998	4,80
RM de Porto Alegre	3.480.833	3,89	3.357.728	3,91
RM de Recife	3.263.176	3,65	3.181.890	3,71
RM de Salvador	3.021.572	3,38	2.974.090	3,47
RM de Fortaleza	2.823.297	3,15	2.760.067	3,22
RM de Curitiba	2.453.215	2,74	2.307.439	2,69
Brasília	2.051.146	2,29	1.961.499	2,29
RM de Belém	1.674.183	1,87	1.664.981	1,94
Manaus	1.405.835	1,57	1.396.768	1,63
Goiânia	1.093.007	1,22	1.085.806	1,27
Sub-total	53.436.329	59,71	51.989.091	60,59
49 seguintes*	20.000.618	22,35	19.251.928	22,44
87 seguintes**	13.863.500	15,49	12.842.011	14,97

³⁰ Esse fato é particularmente importante, pois induz a uma relativização dos valores de concentração da população urbana e total em 1980 e 2000 das 12 maiores cidades, em comparação com os dados de 1940 e 1960. A princípio houve um aumento na concentração das maiores cidades (de 53,9% e 53,18% em 1940 e 1960 para 65,04% e 59,71% em 1980 e 2000 respectivamente). Entretanto isso ocorre em função de questões metodológicas da seleção das localidades. Nos dois primeiros períodos não eram considerados os municípios das Regiões Metropolitanas, já que eles foram instituídos legalmente somente em 1973. Desta maneira não mais são consideradas 12 cidades e sim um vasto conjunto que compõe as áreas metropolitanas em análise (consideradas como um ponto-nóculo) o que inevitavelmente elevou o valor da concentração urbana nas duas últimas décadas. Além disso, a distribuição da proporções nesse grupo vêm evoluindo a favor do surgimento de novas áreas de grande população, mais cidades milionárias, ou desconcentração concentrada, como propõe alguns autores.

32 seguintes***	2.204.937	3,88	1.538.582	2,95
20 seguintes****	560.575	0,99	293.194	0,56
Total	56.797.921	-	52.075.727	-

Fonte: FIBGE, Censos Demográfico de 1980.

* Mais de 250.000 pessoas na população total.

** Entre 100.000 e 250.000 pessoas na população total

*** Entre 50.000 e 100.000 pessoas na população total

**** Menos de 50.000 pessoas na população total.

24 seguintes***	1.785.536	2,00	1.420.791	1,66
12 seguintes****	403.127	0,45	293.998	0,34
Total	89.489.109	-	85.797.819	-

Fonte: FIBGE, Censos Demográfico de 2000.

* Mais de 250.000 pessoas na população total.

** Entre 100.000 e 250.000 pessoas na população total

*** Entre 50.000 e 100.000 pessoas na população total

**** Menos de 50.000 pessoas na população total.

A Figura 2, ao apresentar as mudanças no padrão espacial da rede entre 1980 e 2000 expõe o grande aumento das articulações entre os pontos e a definição mais clara de subespaços densamente articulados na rede. A porção Centro-Sul do país, dotada de uma rede viária mais complexa e de uma maior densificação de pontos é o espaço mais dinâmico da RLC, concentrando infra-estruturas econômicas e população. O Nordeste, ainda com pouca interiorização da expansão urbana, continua dinamizando mais localidades na faixa litorânea, como prolongamento da área de influência das suas capitais. No Norte, a rede dentrítica do estado do Amazonas se integra a novos subespaços urbanos, como os de Roraima e Rondônia, nos quais aparecem municípios de elevado crescimento urbano. Os dados do Censo 2000 registram a presença de mais localidades no eixo rodoviário Belém-Brasília, o que sinaliza para novas possibilidades de interação entre os grandes subconjuntos regionais.

Entre 1980 e 2000 a RLC se estabelece como o espaço do urbano dinâmico no Brasil. Com a população urbana representando, respectivamente, 91,74% e 95,45% do total das localidades (Tabela 1), as áreas urbanizadas vão se tornando, como afirma Harvey (1996), o referencial para a definição do nível de vida das populações. Reconfigura-se a Rede de Localidades Centrais do Brasil, mas a concentração espacial é ainda um fato marcante, que internaliza aspectos ligados a inércia demográfica, investimentos estratégicos e especializações funcionais que a dinâmica de integração dos mercados imprimem. Na década de 1990, num contexto mundial marcado pela globalização, o ambiente econômico brasileiro sofreu grandes transformações: abertura comercial, integração competitiva, reformas na ação do Estado e reestruturação produtiva no setor privado. Tais alterações acenavam para ruptura de padrões dominantes em décadas anteriores, priorizando a inserção competitiva dos focos dinâmicos do país na economia mundial (Araújo, 2000). Em determinados segmentos econômicos o país parece ter sucesso nessa direção.

A presença de uma rede urbana pressupõe a existência de um espaço dotado de variados tipos de fluxos, desde materiais, como mercadorias, capitais, pessoas,

equipamentos, etc. até virtualidades, como informações, culturas e laços de solidariedade (Corrêa, 1994). Entretanto, novos determinantes do atual período de globalização reformulam o espaço concentrado/desconcentrado, sobrepondo novas estruturas às aquelas já consolidadas por processos históricos anteriores. Santos (2001) acredita que grande parte das áreas urbanas no território brasileiro já foram absorvidas pelas novas dinâmicas do período atual, no qual os objetos e as ações dos homens vinculam-se indissociavelmente a produção de informações, que fazem a conexão entre o global e o local de uma forma nunca vista anteriormente. Entretanto, nem todos os espaços nacionais são capazes de assimilar, na mesma intensidade, as inovações dadas pela formação dos sistemas técnicos atuais³¹.

A constituição de novos espaços da globalização no território, articulados a outras redes que recobrem espaços urbanos em todo o mundo tem contribuído, tanto para especialização, diferenciação e fragmentação das áreas de maior concentração, como também para o reforço do local, na medida em que os sistemas de transmissão de informações conectam lugares diversos no mundo (Compans, 1999). Esta é face da Rede de Localidades Centrais do Brasil no começo do século XXI, uma sobreposição de processos históricos formadores de uma sociedade urbano-industrial, que evoluiu de uma estrutura fortemente concentrada para a formação de espaços urbanos articulados em rede por todo o território, e que vem se adaptando as renovações produtivas e aos novos condicionantes do processo de globalização na produção do espaço.

Considerações Finais

Essa breve caracterização da evolução da Rede de Localidades Centrais do Brasil durante a segunda metade do século XX presta-se a dois objetivos básicos: trabalhar com a totalidade do espaço nacional, sem perder de vista a dinâmica dos pequenos conjuntos, aqui representados pelos municípios, buscando compreender a formação e a dinâmica atual de um espaço articulado em rede. O outro objetivo é o de conferir importância aos aspectos demográficos, entendendo que a tanto a distribuição como a mobilidade da população

³¹ Nas porções do território onde formações históricas precedentes estabeleceram formas de vida culturalmente enraizadas percebe-se a formação de resistências a processos globalizadores, principalmente nas áreas menos povoadas pelos sistemas de engenharia, como é o caso do Nordeste. Já no Sul e Sudeste, a presença maciça de sistemas técnicos acelera a articulação com fluxos de informação e capital por todo o mundo. As regiões Centro-Oeste e Norte, em função tanto dos vazios técnicos como dos demográficos, recebem as inovações tecnológicas com maior facilidade, na eficiência da produção agrícola na primeira e nos esforços de conhecimento do espaço na segunda. Entretanto, a maior parte da população, distante do volume de informação produzido pelos satélites e sistemas de técnicos de aumento da produção, permanece vivendo um tempo lento (Santos, 2001).

guardam importantes relações com processos econômicos em curso, e podem balizar propostas metodológicas de análise do espaço urbano nacional.

As informações aqui trabalhadas mostraram que os últimos 60 anos foram um período excepcionalmente rico de mudanças na distribuição espacial das pessoas, da infraestrutura econômica e das atividades produtivas estrito senso. Atualmente, o Brasil se configura como uma nação urbanizada, de elevada produção industrial e fortemente articulada com a economia internacional, cumprindo um papel de periferia integrada na nova DIT. Evidentemente essa rápida transição trouxe variados reflexos na organização espacial do território e inúmeras conseqüências para a população. Desta maneira, pensar sobre a formação e a evolução deste espaço é uma demanda constante para aqueles que se preocupam em definir ações práticas sobre o espaço, visando difundir e aperfeiçoar os ganhos sociais e econômicos conquistados pelos avanços técnicos e sociais derivados da pela ação humana sobre o território, assim como reconhecer as insuficiências em termos de investimentos públicos no combate às desigualdades sócio-espaciais.

Bibliografia

- AMORIM e SERRA. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE e SERRA (org.) ***Cidades Médias Brasileiras***. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- ANDRADE e SERRA. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: ANDRADE e SERRA (org.) ***Cidades Médias Brasileiras***. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- ARAÚJO, Tânia Barcelar. Dinâmica regional brasileira nos anos 90: rumo a desintegração competitiva? in: CASTRO, Iná E. et al (org). ***Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território***. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. p. 73-91.
- AZONI, Carlos R. ***Indústria e reversão da polarização***. São Paulo: IPE/USP. 1986.
- BALAN, Jorge. Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. ***Estudos CEBRAP***, v.5, jul/set 1973, p. 5-79.
- BASSANEZI, M. S. B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L(coord.). ***Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo***. Campinas, 1995, p.1-38.
- BAENINGER, Rosana. Migrações Internas no Brasil: Municípios metropolitanos e não-metropolitanos. ***Anais do II Encontro Nacional sobre migração***. Belo Horizonte: Abep. 2000. p. 535-562.
- BENÉVOLO, Leonardo. ***As origens da urbanística moderna***. Lisboa: Editora Presença. 1981
- BRAUDEL, Fernand. O peso do número. In: ***Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII***. São Paulo: Martins Fontes, 1995.p.21-88.
- CASTELLS, Manuel. O espaço de fluxos. In: ***A sociedade em rede***. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996. p.403-453.
- CANO, W. Questão Regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós-30. ***Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais***. Olinda: ABEP. 1988.

- CORREA, Roberto Lobato. *A Rede Urbana*. São Paulo: Ática. 1994
- _____. Metrópoles, Corporações e Espaço: uma introdução ao caso brasileiro, in: CASTRO, Iná E. et al (org). *Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. p. 67-114.
- _____. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997.
- CASTRO, Antonio B. A industrialização descentralizada no Brasil. In: *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio e Janeiro: Forense, 1971. p.103-162.
- COMPANS, Rose. O Paradigma das Global Cities nas Estratégias de Desenvolvimento Local. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 1. Maio, 1999.
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constitui a rede de cidades no Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, pt. 1, p. 141-148, maio 1944.
- DINIZ, Clélio C. *Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem continua polarização*. Nova Economia. Belo Horizonte: UFMG. v.31.n.11. Setembro, 1993.
- DINIZ, Clélio C., CROCCO. Marco A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. Belo Horizonte: *Nova Economia*. V. 6. n. 1. jul. 1996. pp. 77-102.
- DUPUY, G., POURCIN, Jean-Mrie. *Malthus*. São Paulo: Cultrix. 1975. p.46-67.
- DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva. 1984.
- GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: Rio de Janeiro, 1963.
- HARVEY, David. Possible Urban Words. In: *Justice, nature and geography of difference*. Cambrige: Blackewll Publishers. 1996. p.403-438.
- IGLESIAS, Wagner. Impactos da mundialização sobre uma metropole periferica: o vetor sudoeste de São paulo. *Cadernos metrópole*: Desigualdade e governança. São Paulo, n.6, 2º sem. 2001.
- MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo: ABEP. 1995.
- _____. O Brasil dividido e a rede urbana fracionada. *Cadernos do Leste*, Belo Horizonte: IGC/UFMG, v.1, n.5, p.1-51, jan.2003.
- MACFARLANE, Alan. *A Cultura do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Tradução de Ivo Korytowski. 1987. Pág. 210 a 232.
- MONBEIG, Pierre. Aspectos Geográficos do Crescimento de São Paulo. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v.12, n. 19, mar. -abr. 1954.
- NEGRI, Barjas, *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, páginas 15-99.
- PATARRA, Neide. Dinâmica Populacional e Urbanização. In: *Desenvolvimento e Mudança Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- PETRONE, Maria T. Shorer. Imigração. In: BRITO, Fausto. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel. 1978.t.3,v 2, p.247-268.
- REDWOOD, John. Reversion de polarizacion, ciudades secundarias y eficiencia em el desarrollo nacional: una vision teorica aplicada al Brasil contemporaneo. In: *Revista Latinoamericana de estudios urbanos regionales*. v. 11, n. 32, dez. 1984.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec. 1993. p.17-29.
- SANTOS, Milton. Por uma Geografia do Presente *in A Natureza do Espaço*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 3º Parte. 2002. p.169-310.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record. 3º Ed. 2001.

- TABB, Wiliam K. As cidades mundiais e a problemática urbana: os casos de Nova York e Tóquio in *Reestruturação Urbana: Tendências e desafios*. São Paulo: Nobel. 1990. Pg. 192-221.
- VERSIANE, F. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: São Paulo e Rio no início do século. In *Revista de Economia Política*. São Paulo: Nobel. v.13, n. 14, out/dez 1993, p. 77-96.
- WOOD, C. H., CARVALHO, J. A. *A demografia da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: PNPE/IPEA. 1994, p.177-206.

